



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES DGTEC

Atualização 2019

Alinhamento Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicações (PETIC) 2015/2020 e Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) 2015/2020 com Planejamento Estratégico Institucional 2019/2020 do PJRJ, aprovado pela Resolução TJ/OE n.º 15/2019.



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Presidente

Desembargador Cláudio de Mello Tavares

Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto

1º Vice-Presidente

Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho

2º Vice-Presidente

Desembargador Paulo de Tarso Neves

3º Vice-Presidente

Desembargadora Elizabete Filizzola Assunção

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação

Desembargador Nagib Slaibi Filho

Dr. Fábio Ribeiro Porto

Dr. João Felipe Nunes Ferreira Mourão

Dr. Afonso Henrique Ferreira Barbosa

Dr. Gustavo Quintanilha Telles de Menezes

Dr. Guilherme Pedrosa Lopes

Dr.^a Criscia Curty de Freitas Lopes

Demais Integrantes

Humberto Vieira da Cruz – DGTEC

Alessandra Fabrício Anátocles da Silva Ferreira – DGJUR

Cláudio Torres de Carvalho – DGPCF

Simone Ferreira de Oliveira e Cruz – DGFAJ

Apoio Técnico

Ivan Lindenberg Junior

Regina Célia Brito Lourenço

Maria Marta Senna Pereira

Renato Warwar Silva

André Amaral Gurgel Monteiro de Barros

Virna Pery Amorim

Rafael dos Santos Alves

Alexandre José Costa de Araújo Góes

Rafael Petronilha de Lima

Jaqueline Leite Vianna Campos

Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados - DGTEC

Diretor-Geral

Humberto Vieira da Cruz

Chefe de Gabinete

Regina Celia Brito Lourenço

Diretores de Departamento

Renato Warwar Silva

Virna Amorim

André Amaral Gurgel Monteiro de Barros

Assessores

Ivan Lindenberg Junior

Maria Marta Senna Pereira

Bráulio Bezerra de Menezes Souza

Diretores de Divisão

Abel Diniz de Almeida Silva

Ana Cristina Machado de Oliveira Pereira

Rafael dos Santos Alves

Maria Eugênia de Castro Borges

Lucia Helena Constan Amado

Moises Sardenberg da Rocha

André Luís Faruolo França

Alexandre José Costa de Araújo Góes



Flávio José Vazquez Maceira
Marcos Stallone Santos
Paulo Cesar Soares do Valle Junior
Sidney Aloisio Ferreira Pryor

Elaboração de Conteúdo
Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados
Aconselhamento - Gartner

1. Apresentação

O Planejamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), de responsabilidade da Diretoria Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação de Dados (DGTEC), complementa o Planejamento Estratégico Institucional (PEI), proporcionando o alinhamento das soluções de TIC as metas e necessidades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

O PETIC visa apoiar a DGTEC na solução de problemas e projetar a realização de melhorias, mediante o estabelecimento de iniciativas e planos de ação, voltados para evolução da arquitetura tecnológica e dos serviços de TIC, sempre considerando as prioridades e a estratégia do PJRJ. O planejamento ainda possibilita justificar os recursos aplicados em TIC, minimizar o desperdício, garantir o controle, aplicar recursos naquilo que é considerado mais relevante e, por fim, melhorar o gasto público e o serviço prestado ao cidadão.

A atual versão do PETIC foi elaborada em 2014, atendendo a periodicidade estabelecida como diretriz pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ou seja, para o período de 2015 a 2020.

É importante ressaltar que as boas práticas recomendam um acompanhamento das ações decorrentes do PETIC, bem como um constante realinhamento com PEI, sob pena não cumprir a sua finalidade. Ou seja, é necessário também um Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC) detalhando a estratégia e desdobrando todas as ações necessárias para viabilizar o planejamento institucional. Contudo, para que não haja desvirtuamento do planejamento, os mesmos *frameworks* são totalmente contrários à elaboração de novos documentos integrais



sugerindo apenas atualizações que contemplem os novos alinhamentos.

Tendo em vista as revisões bienais do PEI do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), elaboramos as respectivas atualizações do PETIC e PDTIC nos mesmos períodos.

Em 2018, o PEI foi aprovado pela Resolução TJ/OE n.º 05/2018 de 23 de março de 2018. Complementarmente ocorreram as recomendações do relatório de auditoria coordenada pelo CNJ, para avaliação de conteúdos estabelecidos para governança, gestão, riscos e controle de TIC, no processo administrativo n.º 2018-027388, no qual a DGTEC elaborou um documento complementar para o cumprimento do prescrito no referido relatório de auditoria.

A atualização do PETIC e do PDTIC para o biênio 2017-2018 foi aprovada pelo CGTIC na reunião de 29 de março de 2019.

No biênio 2019-2020 estamos apresentando o presente documento, após a revisão do PEI, aprovado pela Resolução TJ/OE n.º 15/2019, bem como as recomendações do CNJ que constam do processo administrativo n.º 2019-0606193, referente a inspeção realizada em maio de 2019.

2. Objetivo

Este documento tem o objetivo de atualizar o PETIC e o PDTIC 2015/2020, propiciando um alinhamento com o PEI 2019/2020 aprovado pela alta administração, demonstrando as ações complementares necessárias para viabilizar os projetos estratégicos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

3. Alinhamento aos Direcionadores do PJRJ

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro possui um conjunto de direcionadores que influenciaram diretamente a construção do PETIC no qual estão baseadas as atualizações deste documento.

- Plano Estratégico do PJRJ para o Biênio 2019-2020;



- Mapa Estratégico do PJERJ para o Biênio 2019-2020;
- Matriz de Indicadores Estratégicos para o Biênio 2019-2020.

Podemos destacar os seguintes direcionadores:

Missão: Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza, visando à pacificação social e efetividade de suas decisões.

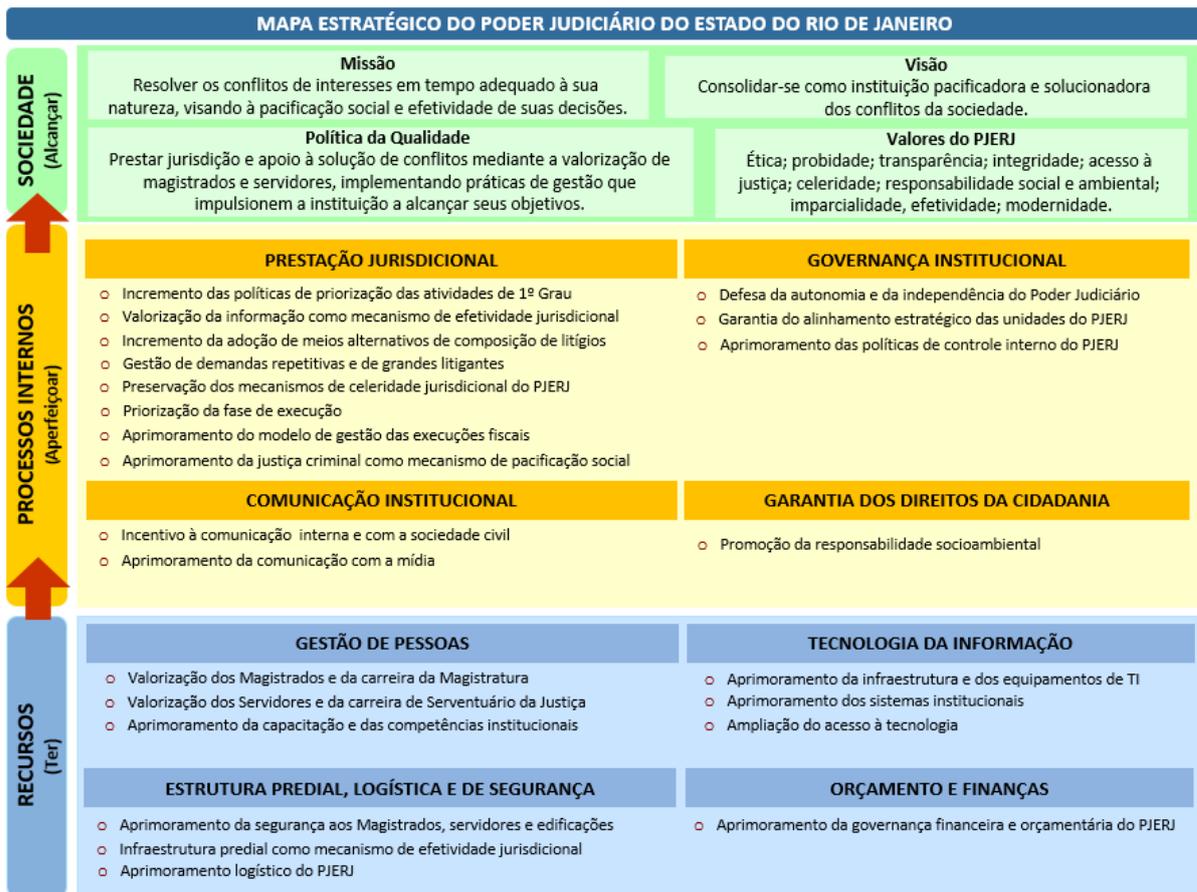
Visão: Consolidar-se como instituição pacificadora e solucionadora dos conflitos da sociedade.

Valores do PJERJ:

- Ética;
- Probidade;
- Transparência;
- Integridade;
- Acesso à justiça;
- Celeridade;
- Responsabilidade social e ambiental;
- Imparcialidade;
- Efetividade;
- Modernidade.

Política da Qualidade: Prestar jurisdição e apoio à solução de conflitos mediante a valorização de Magistrados e servidores, implementando práticas de gestão que impulsionem a instituição a alcançar seus objetivos.

Mapa Estratégico:



4. Temas e Objetivos Estratégicos:

4.1 Perspectiva Processos Internos - Aperfeiçoar

TEMAS ESTRATÉGICOS

4.1.1 Prestação Jurisdicional

Finalidade: A prestação jurisdicional é a função precípua do Poder Judiciário. Assim, o aprimoramento do processo de prestação jurisdicional é tema nato da estratégica do PJERJ.

Objetivos Estratégicos:

- Incremento das políticas de priorização das atividades de 1º Grau;
- Valorização da informação como mecanismo de efetividade jurisdicional;
- Incremento da adoção de meios alternativos de composição de litígios;
- Gestão de demandas repetitivas e de grandes litigantes;
- Preservação dos mecanismos de celeridade jurisdicional do PJERJ;



- Priorização da fase de execução;
- Aprimoramento do modelo de gestão das execuções fiscais;
- Aprimoramento da justiça criminal como mecanismo de pacificação social.

4.1.2 Governança Institucional

Finalidade: Ampliar continuamente a capacidade do PJERJ de formular e implementar de forma autônoma políticas e práticas para consecução de seus objetivos, fortalecendo o princípio constitucional da separação dos poderes.

Objetivos Estratégicos:

- Defesa da autonomia e da independência do Poder Judiciário;
- Garantia do alinhamento estratégico das unidades do PJERJ;
- Aprimoramento das políticas de controle interno do PJERJ.

4.1.3 Comunicação Institucional

Finalidade: Aproximar o PJERJ da sociedade e melhorar continuamente a comunicação institucional, com respeito aos princípios da transparência e acesso à informação.

Objetivos Estratégicos:

- Incentivo à comunicação interna e com a sociedade civil;
- Aprimoramento da comunicação com a mídia.

4.1.4 Garantia dos Direitos da Cidadania

Finalidade: Promover ações de respeito ao meio ambiente e sustentabilidade e políticas públicas voltadas ao bem-estar do público interno e externo.

Objetivos Estratégicos: Promoção da responsabilidade socioambiental.

4.2 Perspectiva Recursos - Ter

TEMA ESTRATÉGICO



4.2.1 Gestão de Pessoas

Finalidade: Otimizar a alocação de habilidades, conhecimentos, capacitações, técnicas e práticas disponíveis na instituição, com o objetivo de potencializar os resultados relacionados ao capital humano do PJERJ, aumentando a satisfação do público interno.

Objetivos Estratégicos:

- Valorização dos Magistrados e da carreira da Magistratura;
- Valorização dos servidores e da carreira de serventuário da justiça;
- Aprimoramento da capacitação e das competências institucionais.

4.2.2 Tecnologia da Informação

Finalidade: Ampliar a capacidade tecnológica da instituição, automatizando e agilizando os processos de trabalho, reduzindo a alocação de recursos e esforços em sua execução.

Objetivos Estratégicos:

- Aprimoramento da infraestrutura e dos equipamentos de TIC;
- Aprimoramento dos sistemas institucionais;
- Ampliação do acesso à tecnologia.

4.2.3 Estrutura Predial, Logística e de Segurança

Finalidade: Garantir a infraestrutura física necessária à adequada realização dos processos de trabalho do PJERJ, em todas as esferas de atividade.

Objetivos Estratégicos:

- Aprimoramento da segurança dos Magistrados, servidores e edificações;
- Infraestrutura predial como mecanismo de efetividade jurisdicional;
- Aprimoramento logístico do PJERJ.



4.2.4 Orçamento e Finanças

Finalidade: Garantir a alocação dos recursos necessários à execução dos objetivos do PJRJ, ampliando a capacidade de gerenciamento e organização financeira da instituição.

Objetivo Estratégico:

- Aprimoramento da governança financeira e orçamentária do PJRJ.

5. Projetos estratégicos de TIC alinhados ao PEI do Biênio 2019/2020

5.1 PROJETO: Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)

ESCOPO: Atualização do parque tecnológico, compreendendo a aquisição e substituição de:

- 1.950 scanners;
- 3.609 computadores (2019) e 4.500 (2020) para usuários finais;
- 100 computadores para desenvolvedores;
- 1.000 notebooks para magistrados;
- 600 Switches de acesso;
- 2 (dois) Switches Core;
- 4 (quatro) unidades - Solução para implementar e prover conectividade do perímetro do Data Center;
- 2 (dois) Servidores de Banco de Dados;
- 2 (dois) Storages;
- 1 (hum) Equipamento para Backup.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (R1) – manter a infraestrutura de TI segura, apropriada e otimizada.

INDICADOR: Índice de cumprimento do cronograma.

Meta: 100%

5.2 PROJETO: Estudo para solução de contingência de infraestrutura de TIC



ESCOPO: Estudo com alternativas estratégicas de implantação de uma infraestrutura de contingência para sistemas essenciais de TIC.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (P1) – Garantir a integridade e disponibilidade de todos os serviços de TI do Poder Judiciário.

INDICADOR: Índice de cumprimento do cronograma.

Meta: 100% do estudo realizado.

5.3 PROJETO: Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos

ESCOPO: Implantação de novo software para gerenciamento de acesso.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (P2) – desenvolver soluções de TI adequadas e sustentáveis.

INDICADOR: Índice de cumprimento do cronograma.

Meta: 100% implantado até o final de 2020.

5.4 PROJETO: Ampliação do Processo Judicial Eletrônico (continuidade)

ESCOPO: Implantar o processo eletrônico em todas as serventias de 1ª instância.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (CP1) – contribuir com soluções de TI eficazes para agilizar os procedimentos administrativos e jurisdicionais.

INDICADOR: Índice de ampliação do processo judicial eletrônico nas serventias.

Meta: 100% de serventias até o final de 2020.

5.5 PROJETO: Implantação do Novo Sistema de Processo Administrativo Eletrônico - SEI (continuidade)

ESCOPO: Implantação do sistema de processo administrativo eletrônico, SEI.



VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (CP1) – contribuir com soluções de TI eficazes para agilizar os procedimentos administrativos e jurisdicionais.

INDICADOR: Índice de ampliação do processo administrativo eletrônico no PJERJ.

Meta: 100% até o final de 2019.

5.6 PROJETO: Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe

ESCOPO: Implantação de nova solução tecnológica para os sistemas judiciais de 1º e 2º graus.

VINCULAÇÃO: Objetivo estratégico de TIC (CP1) – contribuir com soluções de TI eficazes para agilizar os procedimentos administrativos e jurisdicionais.

INDICADOR: Índice de implantação do PJe nas serventias.

Meta: 100% dos JEC's, JEF's e Turmas Recursais implantadas até o final de 2020.

6. Ações Complementares para o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações

6.1 Ações Estruturantes e Operacionais de TIC

6.1.1 Governança e Gestão

Implantação de uma estrutura de governança e gestão de serviços, com ampliação do grau de maturidade da área de TIC.

- Levantamento e definição das atividades de governança;
- Ampliação de controles de serviços de TIC através de indicadores e metas e criação de um dashboard;
- Definição de prioridades de gestão de TIC;
- Realização de Seleção Interna para recuperação do quadro de funcionários de TIC;
- Realização de Concurso Público para recomposição de quadro funcional de TIC;



- Atualização da estrutura organizacional de TIC;
- Implantação do controle financeiro e orçamentário de TIC.

6.1.2 Infraestrutura

Atualização e ampliação do parque de ativos de TIC que compõem a infraestrutura necessária para a operação de todos os serviços de TIC.

- Levantamento da defasagem tecnológica do parque;
- Análise da necessidade de ampliação da capacidade de processamento e armazenamento do parque;
- Avaliação de novas tecnologias;
- Proposição de soluções através dos respectivos processos administrativos de aquisições e serviços;
- Implantação das soluções adquiridas.

6.1.3 Desenvolvimento

Atualização e ampliação de funcionalidades dos sistemas informatizados que suportam o conjunto de processos de trabalho do PJRJ.

- Analisar as tecnologias utilizadas no desenvolvimento de aplicações banco de dados e armazenamento de mídias;
- Avaliar possíveis soluções de mercado em substituição as tecnologias utilizadas;
- Levantamento de fluxos de trabalhos vinculados a cada área de negócio;
- Desenvolver funcionalidades complementares para eliminação de lacunas nos processos de trabalho;
- Preparar juntamente com a infraestrutura o ambiente para implantação de funcionalidades e aplicações;
- Implantar e acompanhar todas as soluções de TIC desenvolvidas ou adquiridas pelo PJRJ.

6.1.4 Suporte e Atendimento



Melhoria da qualidade de suporte e atendimento com a implantação da gestão de serviços.

- Promover a melhoria da capacitação dos recursos humanos de TIC;
- Melhorar e ampliar a comunicação com os usuários dos serviços de TIC;
- Melhorar a gestão dos serviços implantando metodologia baseado na biblioteca ITIL;
- Levantar e definir padrões de atendimento para os usuários de serviços de TIC;
- Promover um melhor acultramento dos usuários em relação ao uso de recursos de TIC.

6.1.5 Segurança da Informação

Implantação de uma estrutura de segurança da informação capaz de garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações no ambiente do PJERJ.

- Levantamento e elaboração do conjunto normativo de segurança da informação;
- Levantamento e definição das atividades de segurança da informação;
- Implantação de controles de segurança da informação;
- Levantamento e definição dos riscos de segurança da informação;
- Levantamento e definição de procedimentos de continuidade do negócio do PJERJ;
- Definição das prioridades relativos a proteção de dados.

6.2 Ações Estratégicas

6.2.1 Atualização do Parque Tecnológico (continuidade)

- Levantamento dos equipamentos com defasagem tecnológica;
- Planejamento e aquisição de equipamentos;
- Elaboração de cronograma de implantação;
- Recebimento de equipamentos;



- Distribuição de equipamentos de acordo com o cronograma.

6.2.2 Estudo para solução de contingência de infraestrutura de TIC

- Levantamento da situação atual;
- Pesquisa em outros Tribunais;
- Seleção das soluções mais compatíveis;
- Análise de viabilidade e riscos das soluções;
- Elaboração de parecer técnico de TIC;
- Análise de custos de implantação e infraestrutura;
- Relatório final;
- Apresentação e apreciação pelo CGTIC;
- Apresentação e apreciação pela Alta Administração;
- Definição da solução escolhida e preparativos para contratação.

6.2.3 Novo Sistema de Controle de Acesso de Usuários aos Sistemas Corporativos

- Levantamento da situação atual;
- Identificação dos requisitos do CNJ para o PJe;
- Levantamento de custos de desenvolvimento;
- Desenvolvimento da solução;
- Teste da solução;
- Implantação e customizações da ferramenta.

6.2.4 Ampliação do processo judicial eletrônico (continuidade)

Implantação da competência criminal que ainda está com procedimento físico.

- Levantamento da situação atual no PJERJ;
- Implantação do Piloto na 1ª Vara Criminal de Maricá;
- Expansão para 1ª Vara Criminal de Niterói;
- Desenvolvimento de customizações e integração pela POLINTER;



- Desenvolvimento de customizações e integração pelo Ministério Público;
- Desenvolvimento de adequação do Portal pelo PJRJ;
- Elaboração de cronograma de implantação;
- Elaboração e publicação dos atos regulamentando os procedimentos para implantação;
- Implantação do processo eletrônico de acordo com o cronograma.

6.2.5 Implantação do Novo Sistema de Processo Administrativo Eletrônico – SEI (continuidade)

- Identificação de possíveis lacunas;
- Suporte aos usuários;
- Customizações necessárias;
- Ampliação da implantação em toda a Administração do PJRJ.

6.2.6 Implantação do Novo Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJe

- Instalação do ambiente e infraestrutura apropriada para o PJe;
- Implantação do Piloto no Juizado espacial Cível de Maricá;
- Levantamento de lacunas do sistema;
- Preparação da infraestrutura para ampliação do projeto;
- Desenvolvimento de funcionalidades essenciais;
- Treinamento e suporte para os usuários;
- Expansão do PJe para todo o PJRJ, de acordo com o cronograma apreciado pelo CGTIC, aprovado pela Presidência do TJRJ e pelo CNJ.